



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA - 2020

Prova Escrita de Língua Portuguesa

Duração: 90 Minutos

VERSÃO B

Instruções de realização

Na folha de respostas, identifique a versão da prova. A não identificação da versão implica a anulação das respostas aos itens de escolha múltipla.

A presença de qualquer forma de identificação fora do local autorizado — rubrica, assinatura ou outra — implica para o candidato a exclusão do concurso.

Durante a prova, o candidato não pode, por quaisquer meios, comunicar com os outros candidatos nem com pessoas estranhas ao concurso. Durante a permanência na sala, o candidato tem de desligar o seu telemóvel, *smartwatch* e quaisquer outros dispositivos tecnológicos ou de comunicação móvel de que seja portador, colocando-os no local determinado pelos responsáveis presentes na sala.

Como material de escrita, apenas pode ser usada caneta ou esferográfica de tinta preta ou azul.

Não é permitido o uso de tinta ou fita corretora.

Não é permitida a consulta de materiais de apoio, como dicionários, glossários, documentação ou outras fontes de informação.

As respostas são registadas em folha de respostas própria. Caso necessite, o candidato pode utilizar as folhas de rascunho postas à sua disposição, que são classificadas.

Em circunstância alguma podem as folhas de resposta ser dobradas e rasuradas fora dos campos de resposta.

Nas folhas de resposta para o item de resumo, os candidatos devem preencher o número da folha e o número total de folhas.

Caso deseje desistir da prova, só poderá sair da sala decorridos 15 minutos após o início da prova. Deve entregar o enunciado da prova, as folhas de resposta e qualquer folha de rascunho a um vigilante que registará em cada uma das folhas de resposta “O CANDIDATO DESISTIU”.

Quando terminar a prova, o candidato deve entregar o enunciado, as folhas de resposta e as folhas de rascunho aos responsáveis presentes na sala.

O candidato não pode sair da sala nos últimos 15 minutos da prova.

A infração de qualquer uma destas normas implica para o candidato a exclusão do concurso.

SECÇÃO I

Leia o texto.

Texto 1

Beatriz de Vilalva

Era o nome da encantadora bastarda do capitão-mor da Lixa.

Vivia, com sua mãe, na quinta de Vilalva, com que fora dotada, aos quinze anos, para casar, aos dezoito, com o morgado de Pildre, Vasco Pinto de Magalhães.

Isto são coisas antigas. Era no ano de 1834. Há quarenta anos. Um século doutras eras, quando vinte anos eram mocidade inocente, e, aos quarenta, o homem tenteava com tímido pé os umbrais do mundo. Agora, dentro de quarenta anos, fenecem e reverdecem duas mocidades e duas velhices; o revoltear das variadas paixões, gastando a alma e safando o cérebro, desmemoria o homem de si mesmo; em cada década atrofia-se-lhe o coração com as velhas imagens, e ressurgem-lhe, com as imagens novas, outras faculdades afetivas. Quarenta anos! Eu, quando me lembro que vi Pedro IV, e por pouco não fui contemporâneo de João VI, entro em dúvidas se conheci o marquês de Pombal, e receio que me peçam notícias do terremoto de Lisboa, como testemunha presencial.

Beatriz orçava então pelos dezassete. No ano seguinte, devia casar-se com o morgado de Pildre, que tinha cinquenta e seis anos, e uma casaria negra, às cavaleiras de Amarante, com duas torres senhoriais escalavradas pela artilharia, no tempo dos franceses.

Aborrecia-o a bastarda do capitão-mor da Lixa; mas obedecia ao pai, que dava ordens breves e secas, e condescendia aos conselhos da mãe, mulher da plebe, que almejava meter sua filha na casa de Pildre, sem se lhe dar que a morgada a constituísse avó dos filhos do capelão – o menos escandaloso dos cooperadores anónimos da conservação das varonias e prosseguimento das raças.

Obedecia principalmente Beatriz, porque não amava ninguém, não conhecia homem nenhum para comparar. Tinha, apenas, a razão a dizer-lhe que um marido não devia ser velho, e que a sua estrela era má.

Neste tempo, voltaram às suas casas os frades expulsos. Ali perto de Vilalva, à casa do Pomar, chegou, vindo do Convento da Graça, de Lisboa, um egresso de vinte e três anos, com dois apenas de professo. Um guapo moço, esbelto, rosado, vivo, sanguíneo, um frade que rasgara alegremente o hábito, e dera vivas à liberdade quando o mandaram sair da cela. Eu conheci-o. Era um donoso velho, a árvore no outono, com a folhagem amarelida, mas ainda frondosa, copada, recordando as refrigerantes sombras dos meios-dias de julho.

O que não seria ele, o egresso João de Queirós, aos vinte e três anos, ao sair do convento, a desbordar exuberâncias de vida represada, a desferrar-se da violência com que lhe desfolharam, como impróprias do homem imolado, as flores de seis primaveras!

Camilo Castelo Branco, «Beatriz de Vilalva», in *Camiliana I — Todos os contos, novelas curtas e romances breves de Camilo Castelo Branco*, recolha, prefácio e notas de José Viale Moutinho, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp. 490-491.

Para responder aos itens 1. a 4., selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

1. No terceiro parágrafo do texto, o narrador

- (A) sugere que, quarenta anos antes, um homem de quarenta anos tinha ainda pouca experiência de vida.
- (B) dá a entender que chegou a conhecer o marquês de Pombal.
- (C) dá a entender que foi testemunha ocular do terremoto de 1755.
- (D) sugere que, quarenta anos antes, um homem de quarenta anos hesitava em frequentar os salões elegantes.

2. Da leitura do quarto parágrafo do texto, conclui-se que a morada de Vasco Pinto de Magalhães

- (A) era uma casa humilde, pintada de preto.
- (B) sofrera danos durante um conflito armado.
- (C) fora bombardeada pelos franceses.
- (D) ficava em Amarante, junto a uma estrebaria.

3. Beatriz obedecia ao pai e seguia os conselhos da mãe, entre outras razões, porque

- (A) confiava no destino.
- (B) lhe faltava experiência.
- (C) queria evitar um escândalo.
- (D) tinha aversão à plebe.

4. João de Queirós, o egresso,

- (A) obedeceu prontamente à ordem de expulsão do mosteiro e regozijou-se pelo fim da sua vida monástica.
- (B) era já velho em 1834, quando o narrador o conheceu.
- (C) fugiu de Vilalva para Lisboa depois de sair do convento.
- (D) queixou-se, ao narrador, dos maus-tratos de que fora vítima aquando da sua expulsão do mosteiro.

Leia o texto.

Texto 2

Os investigadores Michael Delli Carpini e Bruce Williams chamam a atenção para o facto de que a tradicional separação entre *media* de entretenimento e de informação, que se encontra não somente nos estudos de comunicação política mas também nas cabeças de alguns jornalistas, profissionais de televisão e protagonistas políticos, é artificial e obsoleta. Isto porque, ao contrário do que a divisão pressupõe, a política não ocorre num vácuo, num contexto separado de todos os outros contextos da existência humana, nem as pessoas assumem o papel de cidadãos com direitos e deveres políticos de forma separada dos seus outros papéis. Os autores defendem três argumentos com grande propriedade. Em primeiro lugar, as pessoas são, ao mesmo tempo, cidadãos, consumidores, audiências, amigos, trabalhadores, fãs e muitas outras coisas, não vivendo a sua cidadania de forma isolada dos seus outros papéis. Em segundo lugar, a política é feita com base em valores culturais que estão presentes em aspetos aparentemente não políticos da vida pública e privada das pessoas. Em terceiro lugar, os programas de entretenimento oferecem frequentemente informação factual importante e estimulam o debate político, enquanto, não poucas vezes, os *media* informativos são superficiais, descontextualizados e irrelevantes na maneira como retratam a atualidade política.

Para além disso, a perspetiva que opõe os noticiários e os programas tradicionais aos programas não noticiosos tem sido colocada em causa por alguns estudos científicos. As investigadoras Lauren Feldman e Dannagal Young realizaram um estudo que verificou que as audiências dos programas de comédia do estilo *late-night* (entre os quais os programas de Jay Leno, de David Letterman e de Jon Stewart) prestam mais atenção a notícias sobre campanhas eleitorais em noticiários e programas informativos tradicionais, concluindo que estes programas de entretenimento com conteúdos políticos podem servir de porta de (re)ingresso de parte do eleitorado norte-americano no mundo dos noticiários televisivos. Um outro estudo reporta efeitos de regresso, ou seja, mostra que os jovens que assistem a programas de humor do tipo *late-night* antes dos debates presidenciais têm uma maior probabilidade de assistir aos debates, e que, por sua vez, quem assiste aos debates tem maior probabilidade de discutir assuntos políticos nos dias seguintes. Por outras palavras, é possível que algumas das pessoas que assistem a estes programas aumentem o seu interesse pelo que acontece na esfera política e passem (ou voltem) a assistir a noticiários mais frequentemente.

José Santana Pereira, *Política e Entretenimento*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016, pp. 77-78.

Para responder aos itens 5. a 8., selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

5. Segundo o autor, os dois investigadores citados no início do texto

- (A) contradizem as teses e as percepções predominantes em meios académicos e não académicos.
- (B) confirmam apenas as teses e as percepções predominantes em meios académicos.
- (C) contradizem apenas as teses e as percepções predominantes em meios não académicos.
- (D) confirmam as teses e as percepções predominantes em meios académicos e não académicos.

6. A afirmação «a política não ocorre num vácuo», feita no primeiro parágrafo, é apresentada como

- (A) uma síntese das características dos programas televisivos de informação política.
- (B) uma explicação para a falta de qualidade dos *media* de informação e de entretenimento.
- (C) um motivo para incluir os *media* de entretenimento e de informação no mesmo plano de análise.
- (D) um chavão usado por muitos jornalistas, profissionais de televisão e atores da vida política.

7. Na última frase do primeiro parágrafo, é feita uma referência

- (A) às insuficiências dos programas televisivos de entretenimento.
- (B) à inexistência de debate político em programas televisivos de entretenimento.
- (C) ao carácter lúdico de muitos programas televisivos de informação política.
- (D) às falhas dos programas televisivos de informação política.

8. Os dois estudos mencionados no segundo parágrafo

- (A) desmentem as conclusões dos investigadores anteriormente citados pelo autor.
- (B) apresentam aspetos que, segundo o autor, são mutuamente exclusivos.
- (C) reforçam as conclusões dos investigadores anteriormente citados pelo autor.
- (D) apresentam aspetos que, segundo o autor, carecem de fundamentação científica.

Texto 3

Começemos por uma mera análise de linguagem. Quando falamos em «políticas da língua», utilizamos a palavra num sentido desviado daquele que é o seu uso mais comum. Não se trata de uma demarcação entre amigos e inimigos, com linhas discriminatórias a estabelecer fronteiras (que é a aceção mais frequente que atribuímos ao «jogo da política»), mas de uma situação em que o inimigo somos nós próprios enquanto comunidade que deixa perder um património e que não sabe definir as posições para defrontar os novos desafios em que as práticas simbólicas são, como diria um seguidor de McLuhan, o canadiano Derick de Kerkhoeve, «a pele da cultura» (e por isso mesmo mecanismos de produção subjetiva). É por isso que o plural, «políticas», faz mais sentido do que o singular, «política», na medida em que remete para a ideia de «medidas», como se diz «políticas da cidade» ou «medidas para a cidade».

Aceitaremos nós com facilidade a ideia de que a língua pode, e deve, ser objeto de políticas? Sim, mas de uma forma ambígua. A língua materna (e, como diz Vasco Graça Moura, não imaginamos que existam comunidades sem uma língua materna) tem um sentido exorbitante que nos empolga e nos perturba. É a língua onde o «eu» se diz «eu», e nisso vai um mundo de coisas: um lugar, uma família efetiva ou simbólica, um corpo unificado nos seus órgãos, uma memória, um destino, um tu. E é a língua onde o «tu» se diz «tu», designando o espaço habitado que se abre a partir do eu. E é a língua onde «nós» forma sentido, criando um movimento de grupo que se identifica e reconhece. E é a língua onde o «nós» se confronta com «eles», inaugurando o espaço da política, o lado dos amigos e o lado dos inimigos. Como escreveu Jean-Marc Ferry, existem «gramáticas da inteligência». No seu livro assim intitulado ele procura ver como é que, partindo de gramáticas arcaicas, dependentes do inconsciente privado de cada sujeito, se avança para uma linguagem pública, «edificada a partir da diferenciação dos tempos, das pessoas, dos géneros, dos casos, das vozes e dos modos». É o patamar das linguagens públicas que permite o exercício do espírito crítico e os princípios universais da justiça elaborada pelo direito. E, portanto, a democracia. Mas existem cada vez mais na democracia mecanismos (que vão da publicidade à televisão) que relançam as gramáticas arcaicas e com elas investem as gramáticas universais de valores inconscientes. A perda dos padrões da linguagem, a decadência do ensino do português, a redução vocabular, a utilização de estereótipos comunicativos, o «topos» de declínio das tradições humanistas, a «performativação» da universidade (que perde o sentido da formação do humano para considerar unicamente a acelerada formação profissional) são todos eles fatores que vão neste sentido.

Mas por outro lado existem poucos temas que suscitem um tal consenso. É o tipo de problemática que se adequa mal a um «prós e contras». Todos são «pró», apesar de poderem divergir no diagnóstico e na terapêutica.

Daí a contradição: por um lado, vê-se a língua como um mecanismo que escapa ao puro domínio dos homens, à disciplina das medidas administrativas, e que parece propagar-se segundo uma lógica própria, anterior às sociedades e sobrevivendo a todas as suas transformações. Por outro lado, todos exigem que se faça qualquer coisa, isto é, que os governos tomem consciência da necessidade de uma política da língua.

Eduardo Prado Coelho, «Políticas da Língua Portuguesa: Introdução», in *A Língua Portuguesa: presente e futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 285-286.

Para responder aos itens 9. a 12., selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

9. No primeiro parágrafo, a «análise de linguagem» levada a cabo pelo autor

- (A) constitui a refutação de argumentos apresentados por um autor canadiano numa obra citada.
- (B) sugere uma crítica ao uso de uma expressão cuja aceção se confunde com «jogo da política».
- (C) centra-se na impropriedade da expressão «políticas da língua» no âmbito do assunto do texto.
- (D) esclarece o significado que uma determinada expressão adquire quando é usada no plural.

10. Ao justificar a importância da «língua materna», o autor recorre

- (A) principalmente a fatores de ordem pessoal e relacional.
- (B) essencialmente a fatores de identidade territorial.
- (C) exclusivamente a fatores de natureza linguística.
- (D) meramente a fatores de identidade pessoal.

11. A expressão «neste sentido», utilizada pelo autor no final do segundo parágrafo, refere-se

- (A) às dificuldades criadas pelas «gramáticas universais».
- (B) à deterioração acentuada das «gramáticas arcaicas».
- (C) aos danos sofridos pelas «gramáticas universais».
- (D) ao elogio das virtudes das «gramáticas arcaicas».

12. Nos dois últimos parágrafos, o autor

- (A) expõe as linhas gerais de uma terapêutica que poderia estar ao serviço de uma política da língua.
- (B) explicita as contradições dos que exigem uma terapêutica e dos que a consideram desnecessária.
- (C) nega a existência de perspetivas divergentes no que respeita às políticas da língua.
- (D) apresenta as circunstâncias que justificam a existência de um consenso e de uma contradição.

SECÇÃO II

Para responder aos itens 13. a 21., escolha a opção que completa a frase **sem** incorreções linguísticas.

13. Perante as notícias vindas a lume,

- (A) o ministro pretende desmarcar-se das palavras do seu secretário de Estado, tanto mais que apoia a luta das minorias contra a discriminação no mercado de trabalho.
- (B) o ministro pretende desmarcar-se das palavras do seu secretário de Estado, tanto mais que apoia a luta das minorias contra a descriminação no mercado de trabalho.
- (C) o ministro pretende demarcar-se das palavras do seu secretário de Estado, tanto mais que apoia a luta das minorias contra a descriminação no mercado de trabalho.
- (D) o ministro pretende demarcar-se das palavras do seu secretário de Estado, tanto mais que apoia a luta das minorias contra a discriminação no mercado de trabalho.

14. Ontem à noite,

- (A) o diplomata aproveitou a sua presença na gala de beneficência para, numa conversa informal, concertar uma estratégia comum com o ministro.
- (B) o diplomata aproveitou a sua presença na gala de beneficiência para, numa conversa informal, concertar uma estratégia comum com o ministro.
- (C) o diplomata aproveitou a sua presença na gala de beneficência para, numa conversa informal, consertar uma estratégia comum com o ministro.
- (D) o diplomata aproveitou a sua presença na gala de beneficiência para, numa conversa informal, consertar uma estratégia comum com o ministro.

15. No final da reunião,

- (A) houveram muitas pessoas que se aperceberam da gravidade da decisão tomada, considerando-a percursora de inevitáveis desentendimentos.
- (B) houve muitas pessoas que se aperceberam da gravidade da decisão tomada, considerando-a percursora de inevitáveis desentendimentos.
- (C) houveram muitas pessoas que se aperceberam da gravidade da decisão tomada, considerando-a percursora de inevitáveis desentendimentos.
- (D) houve muitas pessoas que se aperceberam da gravidade da decisão tomada, considerando-a percursora de inevitáveis desentendimentos.

16. O chefe da missão,

- (A) depois do incidente ter ocorrido, manifestou a sua gratidão pelos funcionários não terem baixado os braços.
- (B) depois do incidente ter ocorrido, manifestou a sua gratidão por os funcionários não terem baixado os braços.
- (C) depois de o incidente ter ocorrido, manifestou a sua gratidão por os funcionários não terem baixado os braços.
- (D) depois de o incidente ter ocorrido, manifestou a sua gratidão pelos funcionários não terem baixado os braços.

17. Naquele país em guerra,

- (A) todos pensaram que a cessão das hostilidades, há tanto tempo prometida, poderia finalmente ter lugar.
- (B) todos pensaram que a cessão das hostilidades, à tanto tempo prometida, poderia finalmente ter lugar.
- (C) todos pensaram que a cessação das hostilidades, há tanto tempo prometida, poderia finalmente ter lugar.
- (D) todos pensaram que a cessação das hostilidades, à tanto tempo prometida, poderia finalmente ter lugar.

18. Na reunião de ministros das Finanças da Zona Euro,

- (A) a opinião daquele eminente especialista em economia internacional foi privilegiada em detrimento de outras.
- (B) a opinião daquele eminente especialista em economia internacional foi privilegiada em detrimento de outras.
- (C) a opinião daquele iminente especialista em economia internacional foi privilegiada em detrimento de outras.
- (D) a opinião daquele iminente especialista em economia internacional foi privilegiada em detrimento de outras.

19. Naquela noite de verão,

- (A) deitado na relva, ele perscrutava o céu, maravilhado com o brilho resplandecente das estrelas.
- (B) deitado na relva, ele prescrutava o céu, maravilhado com o brilho resplandecente das estrelas.
- (C) deitado na relva, ele perscrutava o céu, maravilhado com o brilho resplandescente das estrelas.
- (D) deitado na relva, ele prescrutava o céu, maravilhado com o brilho resplandescente das estrelas.

20. Perante o impasse a que se chegara,

- (A) pediu-se a intervenção das mais altas estâncias do Estado para derimir a contenda.
- (B) pediu-se a intervenção das mais altas instâncias do Estado para derimir a contenda.
- (C) pediu-se a intervenção das mais altas instâncias do Estado para dirimir a contenda.
- (D) pediu-se a intervenção das mais altas estâncias do Estado para dirimir a contenda.

21. Recuso-me a entrar nesse debate,

- (A) tanto mais que se trata de quesílias sem interesse nos tempos que correm.
- (B) tanto mais que se trata de quezílias sem interesse nos tempos que correm.
- (C) tanto mais que se tratam de quezílias sem interesse nos tempos que correm.
- (D) tanto mais que se tratam de quesílias sem interesse nos tempos que correm.

Nos itens **22.** a **25.**, apresenta-se uma frase em que foram propositadamente omitidas as vírgulas. Para responder a cada um dos itens, escolha a opção em que as vírgulas foram introduzidas na frase **sem** incorreções linguísticas.

- 22.** Aquele diplomata utiliza de modo adequado a linguagem protocolar embora por vezes incorra em algumas imprecisões.
- (A) Aquele diplomata, utiliza de modo adequado a linguagem protocolar, embora, por vezes, incorra em algumas imprecisões.
 - (B) Aquele diplomata, utiliza de modo adequado, a linguagem protocolar, embora, por vezes, incorra em algumas imprecisões.
 - (C) Aquele diplomata utiliza, de modo adequado, a linguagem protocolar, embora por vezes, incorra em algumas imprecisões.
 - (D) Aquele diplomata utiliza, de modo adequado, a linguagem protocolar, embora, por vezes, incorra em algumas imprecisões.
- 23.** Se o ministro denunciando de facto a situação difícil dos refugiados se tivesse limitado a criticar as potências beligerantes teria merecido os elogios unânimes dos mediadores do conflito.
- (A) Se o ministro, denunciando, de facto a situação difícil dos refugiados, se tivesse limitado a criticar as potências beligerantes, teria merecido os elogios unânimes dos mediadores do conflito.
 - (B) Se o ministro denunciando, de facto, a situação difícil dos refugiados, se tivesse limitado a criticar as potências beligerantes, teria merecido os elogios unânimes dos mediadores do conflito.
 - (C) Se o ministro, denunciando, de facto, a situação difícil dos refugiados, se tivesse limitado a criticar, as potências beligerantes teria merecido os elogios unânimes dos mediadores do conflito.
 - (D) Se o ministro, denunciando, de facto, a situação difícil dos refugiados, se tivesse limitado a criticar as potências beligerantes, teria merecido os elogios unânimes dos mediadores do conflito.
- 24.** No meu entender a melhor política para se chegar a um consenso alargado passa por negociar negociar sempre mesmo quando tudo parece perdido e as posições extremadas parecem irreconciliáveis.
- (A) No meu entender, a melhor política para se chegar a um consenso alargado passa por negociar, negociar sempre, mesmo quando tudo parece perdido e as posições extremadas parecem irreconciliáveis.
 - (B) No meu entender, a melhor política para se chegar a um consenso alargado, passa por negociar, negociar sempre, mesmo quando tudo parece perdido e as posições extremadas parecem irreconciliáveis.
 - (C) No meu entender a melhor política para se chegar a um consenso alargado, passa por negociar, negociar sempre, mesmo quando tudo parece perdido e as posições, extremadas, parecem irreconciliáveis.
 - (D) No meu entender a melhor política, para se chegar a um consenso alargado passa por negociar, negociar, sempre mesmo quando tudo parece perdido, e as posições extremadas parecem irreconciliáveis.

- 25.** Faço notar que o governo do meu país ao tomar esta medida concede a todos os refugiados o direito de usufruírem de assistência e em certos casos permite que se estabeleçam em território nacional.
- (A)** Faço notar que o governo do meu país, ao tomar esta medida, concede a todos os refugiados, o direito de usufruírem de assistência e, em certos casos, permite que se estabeleçam em território nacional.
 - (B)** Faço notar que o governo do meu país, ao tomar esta medida, concede a todos os refugiados o direito de usufruírem de assistência e, em certos casos, permite que se estabeleçam em território nacional.
 - (C)** Faço notar que o governo do meu país ao tomar esta medida, concede a todos os refugiados, o direito de usufruírem de assistência e, em certos casos, permite que se estabeleçam em território nacional.
 - (D)** Faço notar que, o governo do meu país, ao tomar esta medida, concede a todos os refugiados o direito de usufruírem de assistência e, em certos casos, permite que se estabeleçam em território nacional.

SECÇÃO III

Redija o **resumo** do texto que se segue. O seu resumo deverá ter entre 160 e 210 palavras.

No século XII, Afonso Henriques, descendente dos reis de Leão e Castela, e os senhores que o apoiam transformam o condado governado pelos progenitores num novo estado medieval, que os seus sucessores irão expandir. Os nomes *Portugal* – que designa o reino – e *portugueses*, que identifica as suas populações, começam então a disseminar-se.

A separação política é a condição necessária para estabelecer as distinções entre quem é natural do reino e quem o não é – a diferenciação entre o que será mais tarde definido como nacional e como estrangeiro, *nós* e *eles* – e para a lenta unificação política, económica e cultural no interior das suas fronteiras. Delimita-se um espaço económico com uma moeda própria, que serve como marcador de identidade, pois ostenta elementos simbólicos, como o nome do monarca, do reino, as suas armas. Cria-se um centro político-administrativo e desenvolve-se uma língua vernacular distinta.

A formação histórica de Portugal implicou processos de conquista e de dominação, de inclusão e de exclusão, de populações diversas. O Estado veio a definir-se como comunidade católica e perseguiu e segregou aqueles que não cabiam nessa definição – os judeus e os mouros foram convertidos à força, obrigados à clandestinidade e expulsos. A discriminação informal, associada ao preconceito racial, continua a atingir ainda nos nossos dias portugueses percebidos como distintos da maioria, como sucede com os ciganos e com os imigrantes.

Muitos destes processos que conduzem à construção da identidade – como a demarcação de fronteiras ou a instituição do português como língua oficial, que têm lugar no século XIII, ou ainda a difusão de narrativas que exaltam o rei ou o reino – resultam da intervenção direta do Estado e das elites que a ele estão ligadas. Outros são os que decorrem da existência quotidiana sob um mesmo território, onde vão convivendo – mesmo que em confronto entre si, como sucede entre a maioria cristã e os judeus – populações com uma história anterior distinta. Essa história ecoa nas diversidades regionais que ainda hoje encontramos na fala – como a vulgarmente chamada troca dos *vv* pelos *bb* no Norte –, na toponímia – nomes de matriz árabe abundantes no Sul (Almada) ou hispano-visigóticos no Norte (Ermesinde) – ou na cozinha, onde se aponta uma origem árabe-islâmica para as açordas e ensopados alentejanos e algarvios. A diversidade resistiu ainda ancorada em estereótipos regionais, como os que se reportam à clivagem entre o Norte e o Sul.

Muitos nortenhos – e mais notoriamente habitantes do Porto – chamam aos do Sul «mouros» (epíteto aplicado principalmente aos lisboetas). Muito mais raramente, parece-nos, há quem no Sul designe por «galegos» os habitantes do Norte. Em termos políticos, ou de prática religiosa, também continua a existir uma divisória. Apesar das referências nos estereótipos a populações de origem distinta presentes na génese do país, a explicação para este contraste radicar-se-á, em nosso entender, não em essências étnicas que se perpetuariam através dos séculos, mas na influência exercida pela distribuição da propriedade. Esta, mais disseminada a Norte e muito mais concentrada a Sul, moldou as experiências de vida e as visões do mundo das populações, algo que persistiu num tempo marcado pelo declínio acentuado da sociedade rural que terá estado na sua origem. Contudo, esta divisão nunca pôs em causa a crença na pertença a um mesmo coletivo nacional, como o não fizeram as guerras civis do século XIX – que foram confrontos em torno da própria definição político-ideológica do país – ou outras situações graves de cisão profunda entre a população de Portugal ocorridas em diversos momentos do século XX.

José Manuel Sobral, «Yes! We are! Quem somos? Uma identidade nacional», in José Luís Cardoso *et al.* (org.), *Portugal Social de A a Z*, Paço de Arcos, Impresa Publishing/Expresso, 2013, pp. 308-309.

Observação: Para efeitos de contagem, considera-se uma palavra qualquer sequência delimitada por espaços em branco, mesmo quando esta integre elementos ligados por hífen (ex.: /dir-se-ia/). Qualquer número conta como uma única palavra, independentemente dos algarismos que o constituam (ex.: /2012/).

Cotações

Secção	I	II	III	
Item	1. a 12.	13. a 25.	Item único	
Cotação (em pontos)	12 x 6 pontos	13 x 6 pontos	50 pontos	
TOTAL	72	78	50	200

FIM